

RECURSO ESPECIAL Nº 1.336.493 - SP (2012/0159181-2)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **JOSÉ CARLOS DA SILVA - ESPÓLIO**
REPR. POR : **MIRIAM LETÍCIA CORREIA LIMA - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **ZILAR PEREIRA FILHO - SP120718**
 DANILO UCIDA E OUTRO(S) - SP328468
 EDNALDO DE SOUZA E OUTRO(S) - SP234881
RECORRIDO : **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**
ADVOGADO : **SORAYA CRISTINA DE MACEDO E LIMA E OUTRO(S) - SP181565**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. REVISIONAL DE CONTRATO. FATO SUPERVENIENTE. ARTS. 303, I, E 462 DO CPC/1973. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ.

1. O entendimento da Corte local está em conformidade com a jurisprudência do STJ no sentido de que o fato superveniente a ser considerado pelo julgador não serve de fundamento para alterar os limites da demanda fixados após a estabilização da lide.
2. Rever o acórdão recorrido e acolher a pretensão recursal demandaria a alteração do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável nesta via especial ante o óbice da Súmula 7 do STJ.
3. "Não há que se falar em violação do art. 462 do CPC se o fato superveniente invocado pela recorrente foi analisado pelo órgão julgador em embargos de declaração e tido por insuficiente para alterar o resultado do julgamento" (REsp 1421365/RN, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira turma, julgado em 13/09/2016, DJe 14/11/2016).
4. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por JOSÉ CARLOS DA SILVA, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Agravo regimental - Requerimento de quitação do imóvel - Matéria não abordada nos autos - Não caracterização de fato superveniente nos termos do art. 462 do CPC - Negado provimento.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 303, I, e 462 do CPC/1973, arguindo fato superveniente modificativo de direito a influir no julgamento da lide, consistente no falecimento do autor e mutuário no decurso da apelação a ensejar a quitação do imóvel objeto desta lide.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 290-292.

É o relatório. Decido.

2. Na espécie, a Corte local concluiu pela não caracterização de fato superveniente a influir no julgamento da lide, consignando que o fato alegado não enseja apreciação de pedido de quitação não abordado nos autos. Segue transcrito trecho da fundamentação do acórdão recorrido (fls. 277-278):

“Sem razão a agravante. A ação trata de pretensão de revisão de contrato, com alegação de anatocismo, além de restituição de prestações, na hipótese de retomada do imóvel, e de requerimento de sustação do leilão. O falecimento do autor é fato superveniente, mas não se trata do fato mencionado no art. 303, I, do CPC. O fato superveniente que a lei processual indica como relevante é o que se enquadra no art. 462 do CPC. Este dispositivo refere-se a fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito que influir no julgamento da lide. Ora, o falecimento da parte, dada a matéria deduzida nesta ação, em nada influi no julgamento da lide. A revisão pleiteada não fica prejudicada pelo falecimento da parte, nem este falecimento tem o condão de indicar a procedência da pretensão. Do mesmo modo, quanto ao leilão. Assim, a quitação jamais poderia ser requerida nos autos da ação que se encontra para exame da apelação. A parte talvez tenha pensado que seu requerimento pudesse ser apreciado, mas se esqueceu do devido processo legal, que jamais pode ser deixado de lado.”

Observa-se que esta Corte Superior possui jurisprudência no sentido de que são inexistentes as violações alegadas pela recorrente se o fato superveniente invocado foi analisado pelo órgão julgador na origem e tido por insuficiente para alterar o resultado do julgamento. Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO MARCÁRIO. COLISÃO DE MARCAS. 1. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. 2. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282 DO STF. 3. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. 4. CARÁTER AUTÔNOMO OU PREPARATÓRIO DA CAUTELAR. FALTA DE INDICAÇÃO DA NORMA FEDERAL VIOLADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. 5. LEI Nº 9.279/96. MARCAS MISTAS "SIM RADIOSAT" E "SIM TV". COLIDÊNCIA. POSSIBILIDADE DE CONFUSÃO ACOLHIDA PELO ACÓRDÃO ESTADUAL EM RAZÃO DA SIMILITUDE DOS ELEMENTOS GRÁFICOS. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. 6. FATO SUPERVENIENTE. ANÁLISE PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. 7. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. [...]

6. Não há que se falar em violação do art. 462 do CPC se o fato superveniente invocado pela recorrente foi analisado pelo órgão julgador em embargos de declaração e tido por insuficiente para alterar o resultado do julgamento.

7. Recurso especial não provido.

(REsp 1421365/RN, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 14/11/2016)

3. Além disso, resta claro que a convicção formada pela Corte local de que o fato superveniente alegado é inapto a influir no julgamento da demanda decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7-STJ) e impede o conhecimento do recurso.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO REPUTADO COMO VIOLADO. SÚMULA N. 284 DO STF. PROTEÇÃO À MARCA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NÃO CONCLUÍDO. VIOLAÇÃO DO ART. 129 DA LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. INEXISTÊNCIA. INFRINGÊNCIA DO ART. 462 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. Negativa de prestação jurisdicional. Inexistência.

2. Ausência de indicação de dispositivo reputado como violado. Súmula n. 284 do STF.

3. Art. 129 da Lei n. 9.279/96. Marca. Uso exclusivo. Expedição de certificado, circunstância não presente na espécie. Violação não caracterizada.

4. Art. 462 do Código de Processo Civil. Fato efetivamente considerado pelo Tribunal de origem. Infringência não configurada.

Irresignação que pretende revolver o conjunto fático-probatório dos autos. Impossibilidade. Súmula n. 7 do STJ.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 987.390/RJ, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 03/12/2010)

4. Ademais, considerando a moldura fática do acórdão recorrido, verifica-se que o entendimento da Corte local está em conformidade com a jurisprudência do STJ no sentido de que o fato superveniente a ser considerado pelo julgador não pode servir de fundamento para alterar os limites da demanda fixados após a estabilização da lide.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. RESCISÃO UNILATERAL. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 462 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não se constata a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu,

fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexistente omissão no acórdão recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pela parte recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

2. Assim como a renúncia, a revogação é medida possível para cessação do contrato de prestação de serviços advocatícios.

3. O fato superveniente a ser considerado pelo julgador deve guardar pertinência com a causa de pedir e pedido constantes na inicial, não servindo de fundamento para alterar os limites da demanda fixados após a estabilização da lide.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1169783/GO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 20/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL. INAPLICABILIDADE DO ART. 462 DO CPC. ALTERAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal de origem foi expresso ao afirmar que, para se levar em consideração fato superveniente trazido aos autos pela parte recorrente, seria necessário alterar a causa de pedir, e tal procedimento resulta em supressão de instância, já que os temas não foram enfrentados anteriormente.

2. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal local julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

3. A jurisprudência do STJ é assente no sentido de que não se pode, em Recurso Especial, aplicar direito superveniente, com fundamento no art. 462 do CPC, cujo reconhecimento dê ensejo à alteração da causa de pedir ou dos pedidos deduzidos da demanda.

4. Modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, requer exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1562891/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 23/05/2016)

PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DE SÚMULA DE TRIBUNAL. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTS. 458 E 535 DO CPC. OFENSA AO ART. 51, IV, DO CDC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282/STF. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS. SÚMULA N. 7/STJ. DIREITO CIVIL. SEGURO. COBERTURA CONTRATUAL. INVALIDEZ PREEXISTENTE. OBJETO IMPOSSÍVEL. NULIDADE ABSOLUTA. EFEITOS EX TUNC. ART. 462 DO CPC. ESTABILIZAÇÃO DA LIDE. MODIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS DA AÇÃO. INAPLICABILIDADE. REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REJEIÇÃO.

[...]

7. A jurisprudência desta Corte Superior admite a apreciação do fato ou direito que possa influir no julgamento da lide desde que não

importe em alteração do pedido ou da causa de pedir.

8. Nega-se provimento ao pedido de redistribuição dos ônus sucumbenciais em razão do não acolhimento da pretensão recursal.

9. Recurso especial parcialmente conhecido e desprovido.

(REsp 1005495/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2011, DJe 12/09/2011)(g.n.)

Desse modo, o acórdão recorrido não merece reparo.

5. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

